

Aprovado em Ag.



Nova
Câmbios

RELATÓRIO & CONTAS

2024

RELATÓRIO E CONTAS ANUAIS 2024

Nos termos da Lei e dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração da NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A., com sede na Calçada do Carmo, n.º 6 – 1º Direito, em Lisboa, Portugal, com o capital social de Euros 1.750.000, registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 502768711, apresenta o Relatório & Contas referente ao exercício findo a 31 de Dezembro de 2024.

Relatório & Contas de 2024

ÍNDICE

I. RELATÓRIO DE GESTÃO

1.	Órgãos Sociais	3
2.	Contexto Económico	4
3.	Recursos Humanos e Balcões	8
4.	Sistemas de Informação	9
5.	Sistemas de Controlo Interno	11
6.	Atividade, Resultados e Situação Financeira	16
7.	Proposta de Aplicação dos Resultados	19
8.	Perspetivas	19
9.	Reconhecimento	20

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS ANEXAS

Balanço	22
Demonstração de Resultados	23
Demonstração dos Fluxos de Caixa ..	24
Demonstração de Alteração do Capital Próprio	25
Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras	26

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Órgãos Sociais

Apresentam-se os membros dos órgãos sociais que se encontram em exercício à data da elaboração deste relatório e contas, mandato 2021-2024.

Mesa da Assembleia Geral

António Pedro de Sá Alves Sameiro – Presidente

Estrela Pereira – Secretária

Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha – Presidente com funções executivas

José Carlos da Silva Pereira – Vogal com funções executivas

Tânia Mafalda da Silva Viterbo – Vogal com funções executivas

Fiscal Único

DFK & Associados, SROC, Lda, representada por Miguel Nolasco Palma (ROC) –
Revisor Oficial de Contas

Jorge Filipe Demérito Ricardo – ROC Suplente

2. Contexto Económico

O ano de 2024 ficou marcado pela continuação do abrandamento do crescimento económico, reflexo de uma política monetária ainda restritiva e da instabilidade global. A economia europeia, enfrentou dificuldades, impactando também Portugal. A inflação apresentou uma tendência de queda, mas os desafios persistiram, nomeadamente no setor imobiliário e no acesso ao crédito.



Portugal registou um crescimento económico de 1,9% em 2024, abaixo do registado no ano anterior, mas ainda acima da média da zona euro.

A taxa de inflação desceu para 2,4%, em linha com as previsões do Banco de Portugal, aliviando parte da pressão sobre as famílias e empresas. Contudo, o custo da habitação continuou a ser um desafio, com os preços elevados e as taxas de juro ainda restritivas a dificultarem o acesso ao crédito.

A nível político, Portugal viveu um período de incerteza com as eleições legislativas antecipadas realizadas a 10 de março de 2024, na sequência da demissão do Primeiro-Ministro António Costa no final de 2023. A nova configuração parlamentar resultante das eleições trouxe desafios na formação do governo e na estabilidade política do país.

De acordo com o relatório das Nações Unidas sobre a economia global registou um crescimento de 2,8% em 2024, um valor semelhante ao do ano anterior, mas ainda abaixo da média pré-pandémica de 3,2%. Para 2025, o Fundo Monetário Internacional (FMI) projeta uma ligeira recuperação, com o crescimento global estimado em 3,3%. Apesar da melhoria, o ritmo de expansão continua inferior à média histórica.

4 y 1
8

No plano internacional, a guerra na Ucrânia manteve-se como um fator de incerteza, ao lado do conflito em Gaza, iniciado em outubro de 2023, que se prolongou ao longo de 2024. A eleição presidencial nos Estados Unidos foi outro evento de grande impacto global, com Donald Trump a candidatar-se novamente e a vencer as eleições de novembro, preparando o seu regresso à Casa Branca em 2025.



Entre as economias avançadas, os Estados Unidos mantiveram um crescimento robusto de 2,7% em 2024, enquanto a Zona Euro apresentou uma expansão mais modesta de 1,0%, prejudicada pela fraqueza industrial em

países como Alemanha e França. No grupo das economias emergentes, a China e a Índia seguiram como protagonistas do crescimento global. A China registou uma expansão de 4,9% em 2024, mas enfrenta uma previsão de desaceleração para 4,5% em 2025, devido a um consumo interno mais cauteloso. Já a Índia destaca-se com uma previsão de crescimento de 5,7% em 2025, consolidando-se como uma das economias de crescimento mais acelerado.

Em Angola, a economia registou um crescimento de 3,3%, impulsionado por investimentos estrangeiros e pela diversificação económica em curso.

O setor do turismo em Portugal manteve-se dinâmico, com um crescimento notável de turistas provenientes do Reino Unido, Angola e Brasil. Este aumento do turismo impulsionou a atividade de câmbios no país, trazendo perspetivas positivas para o setor.





Em 2024, a empresa consolidou a sua estratégia de investimento na aquisição de ouro, beneficiando da valorização contínua deste ativo nos mercados internacionais. Esta iniciativa reforçou a diversificação das atividades da empresa e contribuiu para um desempenho financeiro robusto.

Os desafios da cibersegurança tornaram-se ainda mais evidentes ao longo de 2024, com um aumento significativo no número de ciberataques a instituições financeiras, empresas tecnológicas e infraestruturas críticas. Governos e organizações reforçaram os seus investimentos na proteção digital, enquanto a União Europeia implementou novas diretrizes para aumentar a resiliência das empresas frente a ameaças digitais.

O endividamento global continuou a ser uma preocupação crescente em 2024, com diversos países a enfrentarem dificuldades na gestão das suas dívidas soberanas. A política monetária restritiva de grandes bancos centrais, como o BCE e a Reserva Federal dos EUA, manteve as taxas de juro elevadas, dificultando a recuperação económica de países altamente endividados.

A diminuição das taxas de juro, especialmente pelo Banco Central Europeu (BCE), poderá ter um impacto positivo na economia portuguesa. Com a redução dos custos do crédito, as famílias poderão aumentar as suas poupanças e consequentemente,



direcionar mais recursos para o investimento e consumo. Esta dinâmica poderá impulsionar o crescimento das empresas e contribuir para um fortalecimento da economia nacional, favorecendo setores como o imobiliário, o comércio e a indústria.

Para 2025, as previsões apontam para uma recuperação gradual da economia global, com Portugal a registar um crescimento de 2,1% do seu Produto Interno Bruto (PIB), apoiado pelo investimento e pelo consumo interno. A inflação prevista deverá atingir 2,3%, enquanto a taxa de desemprego prevista em 2025 será de 6,5%. O cenário internacional continuará a ser influenciado pelas políticas do novo governo dos EUA, pelo desfecho dos conflitos em curso e pela evolução das taxas de juro nos principais mercados financeiros.

3. Recursos Humanos e Balcões

• Recursos Humanos

No início do ano de 2024, a NovaCâmbios contava com um total de 134 colaboradores, sendo 61 homens e 73 mulheres. A média de idades era de 38 anos, refletindo uma força de trabalho diversificada.

Género	N.º de Colaboradores	
	2024	2023
Homens	46	61
Mulheres	74	73
Total de colaboradores	120	134
Média de Colaboradores	127	130
Média de Idade	36	38

Ao longo do ano, a empresa passou por mudanças significativas na sua estrutura de pessoal. No final de 2024, o quadro de colaboradores foi reduzido para 120, composto por 46 homens e 74 mulheres. Essa alteração resultou em uma média de idade de 36 anos, indicando uma leve diminuição na idade média dos colaboradores. A NovaCâmbios continua a comprometer-se com a diversidade de género dos colaboradores.

• Balcões

Em abril de 2024, a NovaCâmbios expandiu a sua rede de balcões ao inaugurar um novo balcão na Ribeira Grande, nos Açores. No início de 2023, a empresa contava com 23

Localização por Distrito e Região Autónoma	N.º de Balcões	
	2024	2023
Açores	2	1
Aveiro	1	1
Braga	1	1
Coimbra	1	1
Faro	4	4
Lisboa	10	10
Porto	4	4
Viseu	1	1
Total de Balcões	24	23

balcões, e no final do ano, esse número aumentou para 24. A abertura do novo balcão foi cuidadosamente planeada para atender às necessidades dos clientes, garantindo que a NovaCâmbios permaneça acessível e relevante no mercado.

4. Sistemas de Informação

O Departamento de Sistemas de Informação (DSI) da NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, S.A. tem-se dedicado, ao longo de 2024, a várias iniciativas que visam a melhoria da eficiência operacional e da qualidade no atendimento ao cliente. O foco principal tem sido a modernização e evolução dos sistemas e infraestruturas existentes, com o objetivo de assegurar a capacidade de adaptação e a resposta às novas exigências do mercado.

Evolução e Atualização de Sistemas

Uma das áreas prioritárias foi a constante atualização do sistema core, com o intuito de adicionar novas funcionalidades alinhadas às necessidades do negócio. A atualização teve como objetivo melhorar a eficácia das operações e otimizar a experiência do utilizador, com especial atenção ao perfil de **compliance**.

Regulamento Europeu de Resiliência Operacional Digital (DORA)

O DSI tem desempenhado um papel crucial na implementação do Regulamento Europeu de Resiliência Operacional Digital (DORA). Uma equipa multidisciplinar, composta por profissionais especializados, tem trabalhado sob a liderança do Administrador do pelouro, com a colaboração do Responsável de Gestão de Riscos e do Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN). Embora o processo de implementação ainda esteja em andamento, a equipa tem trabalhado intensamente para garantir que o regulamento seja implementado de forma eficaz, de acordo com as melhores práticas do setor, focando-se na **resiliência digital** e na **conformidade regulatória**.

Investimentos em Capacitação e Segurança

Paralelamente às melhorias tecnológicas, o DSI também tem investido na **capacitação contínua dos colaboradores**, fortalecendo a plataforma interna de **e-learning** e promovendo programas de formação. Além disso, a segurança cibernética tem sido uma prioridade, com a implementação de novas medidas para combater o cibercrime e melhorar os protocolos de proteção de dados sensíveis, garantindo a integridade dos sistemas de informação.

Suporte ao Cliente

No que diz respeito ao atendimento ao cliente, o DSI registou um total de 1812 pedidos de suporte via telefone e 452 pedidos via ticket, todos resolvidos com sucesso, refletindo o compromisso contínuo com a **qualidade no atendimento** e a **satisfação dos clientes**. Este trabalho contínuo do DSI tem sido fundamental para garantir que a NovaCâmbios se mantenha na vanguarda do setor, promovendo um ambiente digital seguro e eficiente para os seus clientes e colaboradores.

5. Sistema de Controlo Interno

A NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, S.A., tem vindo a consolidar uma cultura organizacional assente em princípios fundamentais como o rigor, a transparência, a ética, o sigilo e a integridade profissional. A difusão destes valores por toda a organização, expressos no Código de Conduta, tem sido essencial para garantir que a atividade seja exercida em estrito cumprimento da legislação, regulamentação e orientações aplicáveis, bem como das normas internas da instituição. Entre estas, destacam-se o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica e o Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, juntamente com os respetivos normativos complementares. Desta forma, assegura-se que todos os Colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio conhecem e cumprem integralmente com estes princípios.

A adoção de uma postura pautada pelo rigor, pela seriedade e pelas boas práticas, aliada a uma política de tolerância zero face a qualquer ato ou prática duvidosa ou ilícita, reforça a solidez da cultura organizacional da NovaCâmbios. Esta exigência estende-se a todos os que interagem com a instituição, incluindo Colaboradores, membros da administração, acionistas, responsáveis de departamentos, clientes, fornecedores e parceiros de negócio. Paralelamente, a implementação e manutenção de um sistema de Controlo Interno robusto, plenamente alinhado com as obrigações legais e regulamentares impostas por entidades nacionais e internacionais, têm permitido à instituição afirmar-se como uma referência no setor financeiro português. Com um percurso de 25 anos, a NovaCâmbios é hoje reconhecida como uma das instituições de pagamento mais prestigiadas e respeitadas a operar em Portugal.

- **Funções do Controlo Interno**

Atendendo ao incremento das exigências e demais legislação, nacional e internacional, impostas ao setor financeiro nos últimos anos, a criação e manutenção de áreas de Controlo Interno devidamente eficazes e autónomas é crucial para uma gestão eficaz e eficiente de qualquer instituição. Neste contexto, a NovaCâmbios estrutura as suas áreas de Controlo Interno em torno das funções de Gestão de Riscos, Conformidade e Auditoria Interna, as quais têm a responsabilidade de garantir o cumprimento, por parte da Instituição, dos seus Colaboradores, fornecedores e parceiros de negócio, de todas as obrigações regulamentares aplicáveis. Desta forma, minimiza-se a exposição a riscos e assegura-se a mitigação de potenciais impactos reputacionais ou financeiros.

- **Função de Gestão de Riscos**

Em estreita articulação com o Conselho de Administração e os diversos departamentos que integram a empresa, a função de Gestão de Riscos tem a responsabilidade de identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos, internos e externos, que possam afetar a Instituição. O seu objetivo é garantir que estes riscos se mantêm dentro dos níveis previamente definidos pelo Órgão de Administração, prevenindo a ocorrência de eventos que possam ter impactos significativos na situação financeira e/ou reputacional da Instituição.

A função de Gestão de Riscos é responsável pela conceção, atualização e manutenção de um Sistema de Gestão de Riscos sólido e devidamente ajustado à realidade operacional da empresa. Através deste sistema, torna-se possível avaliar, monitorizar e controlar os principais riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta.

Adicionalmente, foram elaborados relatórios sobre a gestão de riscos da Instituição, em conformidade com as obrigações legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente as expressas no Aviso n.º 3/2020 do Banco de Portugal, entre outros normativos.

O Responsável de Gestão de Riscos da NovaCâmbios integra uma equipa multidisciplinar dedicada à supervisão da implementação do Regulamento Europeu de Resiliência Operacional Digital (DORA - Digital Operational Resilience Act). Esta equipa, liderada pelo Administrador com o pelouro do Departamento de Sistemas de Informação (DSI), conta ainda com a participação do Responsável do Departamento de Sistemas de Informação e do Responsável pelo Cumprimento Normativo (RCN), que acumula funções como Responsável pelo Departamento de Conformidade da Instituição, garantindo uma implementação abrangente e eficaz do regulamento, alinhada com as melhores práticas do setor.

- **Função de Conformidade**

A função de Conformidade da NovaCâmbios tem a responsabilidade de assegurar a adequação e o cumprimento das disposições legais, regulamentares, estatutárias, éticas e de conduta aplicáveis à Instituição e aos seus Colaboradores. Compete-lhe igualmente prestar orientações e esclarecimentos sobre matérias relacionadas com as suas atribuições.

No âmbito das suas competências relativas à prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, a função de Conformidade manteve-se responsável pela definição, atualização e implementação do normativo interno, em conformidade com a legislação aplicável à Instituição, nomeadamente a Lei n.º 83/2017. Adicionalmente, assegurou o acompanhamento e a avaliação regulares da adequação e eficácia dos procedimentos de Controlo Interno nesta matéria.

Foi também responsável pela monitorização diária, contínua e aprofundada das principais atividades desenvolvidas pela Instituição, incluindo a supervisão de operações às quais foi atribuído um grau de suspeição mais elevado, a realização de Due Diligence a novos serviços e parcerias de negócio, entre outras ações, com o objetivo de detetar, prevenir e mitigar

quaisquer riscos associados ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo.

A função de Conformidade manteve ainda as suas responsabilidades no que respeita ao dever de colaboração e reporte, tanto junto das autoridades policiais e judiciárias, como do Banco de Portugal, enquanto entidade supervisora. No cumprimento das obrigações legais estabelecidas no Aviso n.º 3/2020, procedeu igualmente à elaboração e submissão dos reportes exigidos pelo Banco de Portugal.

Enquanto segunda linha de defesa da NovaCâmbios, as funções de Conformidade e de Gestão de Riscos mantiveram uma colaboração e partilha contínua de informação, sem comprometer a respetiva independência e autonomia. Este alinhamento garantiu que ambas dispusessem de informação completa, relevante e atempada para o desempenho eficaz das suas funções, contribuindo, assim, para a robustez e o cumprimento dos objetivos da Instituição.

- **Função de Auditoria Interna**

Enquanto componente fundamental da terceira linha de defesa da NovaCâmbios, a função de Auditoria Interna manteve o seu papel de suporte ao Conselho de Administração, assegurando a avaliação contínua da adequação dos procedimentos implementados na Instituição. Através desta função, garantiu-se que os processos estivessem em conformidade com a legislação aplicável, bem como com as normas e critérios internos definidos, permitindo a identificação contínua e atualizada das áreas de maior risco, com o objetivo de reforçar a eficácia da governação.

A atuação da Auditoria Interna, abrangendo toda a estrutura da Instituição, possibilitou a avaliação dos mecanismos, processos e procedimentos em vigor, assegurando a sua conformidade com a legislação vigente e as obrigações legais e regulamentares que incumbem à NovaCâmbios enquanto instituição de pagamento operante em Portugal.

Nesse contexto, a implementação do Plano Plurianual de Ações de Auditoria, desenvolvido pela função, assume uma importância crucial para a organização e planeamento das verificações obrigatórias. Após a realização de cada ação de auditoria, foi submetido ao Conselho de Administração e ao Fiscal Único um relatório abrangente, contendo as conclusões, evidências e recomendações decorrentes da verificação, incluindo propostas de ação para a mitigação de eventuais deficiências ou inconformidades identificadas.

As auditorias realizadas nas agências da NovaCâmbios e nos diversos departamentos da empresa proporcionaram ao Órgão de Administração uma visão detalhada das deficiências e limitações detetadas na organização, permitindo a implementação célere e eficaz das correções necessárias. Este processo visou, não só a otimização dos serviços prestados aos clientes da Instituição, como também a consolidação da sua posição de liderança e prestígio junto dos clientes, acionistas e entidades supervisoras.

6. Atividade, Resultados e Situação Financeira

A desaceleração econômica e o crescimento dos preços durante o ano de 2024 tiveram um impacto negativo nos resultados da Novacâmbios.

• Câmbios

Os resultados cambiais tiveram uma redução de 5% face ao ano anterior, que corresponde a uma diminuição de 203 mil euros.

• Transferências (MoneyGram e RealTransfer)

As transferências de dinheiro também reduziram, as transferências da MoneyGram tiveram os mesmos resultados de 389 mil euros e as transferências da RealTransfer tiveram uma redução de 15%, equivalente a 65,5 mil euros.

• Comissões (Venda de Moeda e EuroNet)

Os ganhos com as comissões das operações no ATM tiveram um aumento de 13%, de 23 mil euros, comparativamente ao ano de 2023, por sua vez as comissões na Compra e Venda de moeda registaram um valor de 55,5 mil euros.

• Resultados e Situação Financeira

Os resultados obtidos em 2024 refletem a combinação do seguinte:

- Os Gastos Operacionais tiveram uma diminuição de 4% face ao exercício anterior derivado ao:
 - Redução dos Custos com Pessoal em 147 mil euros (-5%);
 - Aumento dos Gastos Administrativos em 12 mil euros (+1%);
- O Produto Bancário evidencia uma descida de 264 mil euros, relativamente ao ano de 2023.

Principais Rúbricas (m€)	2024	2023	Var (m€)	Var (%)
Produto Bancário	4.859	5.123	(264)	-5%
Gastos Operacionais	4.810	5.022	(213)	-4%
Resultado Operacional	49	101	(52)	51%
Impostos	(31)	(56)	25	-45%
Resultado Líquido do Exercício	18	44	(26)	59%

Deste modo, a Margem Financeira apesar de negativa, reduziu 23%, em relação ao ano anterior, cerca de 3 mil euros, devido à redução de 815 mil euros de Recursos com Outras Instituições de Crédito.

O Resultado Operacional diminuiu cerca de 52 mil euros, equivalente a -51%, passando de 101 mil euros, em 2023, para 49 mil euros em 2024.

A variação dos impostos em 25 mil euros deve-se ao facto do ajustamento em 11,5 mil euros dos Impostos Diferidos e 19,50 mil euros em Impostos Correntes.

A empresa em 2024 apresentou um Resultado Líquido do Período positivo, no valor de 18 mil euros.

• Balanço

Da evolução do Balanço em 2024 expressado no quadro seguinte, salientam-se os seguintes aspectos:

Principais Rúbricas (m€)	2024	%	2023	%	Var (m€)	Var (%)
Ativo Líquido, do qual:	5.959	100	6.011	100	(51)	-0,9%
Caixa e Disponibilidades	1.258	21	1.674	28	(415)	-24,8%
Ativos Tangíveis	409	7	424	7	(14)	-3,3%
Outros Ativos	2.898	49	2.143	36	754	35,2%
Passivo, do qual:	3.900	100	5.064	100	(1.165)	-23,0%
Recursos OIC	1.541	40	2.356	47	(816)	-34,6%
Outros Passivos	2.339	60	2.677	53	(338)	-12,6%
Capital Próprio, do qual:	2.060	100	946	100	1.113	117,6%
Capital	2.040		1.750		290	16,6%

Ao nível do Ativo Líquido verificou uma ligeira diminuição de cerca de 51 mil euros (-1%).

Dos componentes do ativo salienta-se uma redução dos ativos de liquidez, rubrica de Caixa e Disponibilidades, em 415 mil euros, em relação a 2023.

Dos restantes ativos, salientam-se os Ativos Tangíveis que continua a manter a tendência de diminuição, de -3,3% face a 2023. No entanto em 2024 houve um Investimento de 116 mil euros.

Verificou-se ainda um aumento de +754 mil euros em Outros Ativos (35,2%).

O Passivo evidencia uma redução de -1.165 mil euros (-23%) face a 2023, situando-se nos 3.900 mil euros.

O Capital Próprio regista uma subida, decorrente do aumento de capital social e também do resultado positivo do ano de 2024. Esta rubrica situa-se agora em 2.060 mil euros, um aumento de 117% face ao ano de 2023.

No exercício de 2024 foi concluída uma operação de aumento de capital através da entrada de um novo acionista de referência, a RealTransfer – Instituição de Pagamento, SA, a qual reforçou o capital social em 1.095.012 euros, para um capital social final de 2.040.012 euros. Importa referir que previamente à entrada do novo acionista, foi realizada uma redução de capital e cobertura de prejuízos através da utilização de resultados transitados e reservas livres disponíveis para o efeito. As referidas operações foram concluídas em Assembleia Geral Extraordinária no passado dia 10 de dezembro de 2024, contudo a Administração iniciou a respetiva operação em exercícios anteriores, concluído com o alinhamento e aprovação por parte do Banco de Portugal.

A administração e os acionistas entedem que a operação realizada era fundamental para o cumprimento dos rácios de financeiros exigidos pelo Banco de Portugal, bem como reforçar a estrutura acionista da NovaCâmbios para fazer face ao desenvolvimento futuro da empresa e dos desafios.

7. Proposta de Aplicação dos Resultados

O Conselho de Administração propõe à deliberação da Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício de 2024, no valor de **18.177,70€** (dezoito mil cento e setenta e sete euros e setenta cêntimos), seja transferido para a conta de **Resultados Transitados**.

8. Perspetivas futuras

Tanto o crescimento económico do nosso país , como o sucesso da actividade da empresa estão, em grande medida, dependentes de factores externos de natureza política e económica.

Porém, apesar do limbo em que nos encontramos é com optimismo moderado que encaramos o ano de 2025 suportado na perspectiva de crescimento dos fluxos turísticos, em particular o norte-americano, e de um superior enquadramento social e económico dos emigrantes brasileiros e asiáticos .

Sendo a comercialização do ouro, hoje , uma realidade estamos determinados a elevá-la a um estágio superior que contribuirá significativamente para o aumento dos seus proveitos.

A racionalização e valorização dos recursos humanos continuará a ser uma preocupação dominante visando os resultados da empresa.

O reforço da estrutura acionista irá permitir à empresa ultrapassar os desafios que o mercado apresenta.

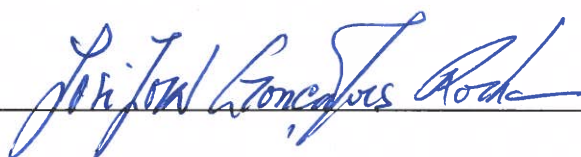
9. Reconhecimento

Encerramos este documento manifestando o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e a todos aqueles que, no decurso do exercício, connosco colaboraram, entre eles:

- o Banco de Portugal;
- a ULTRA - SGPS, S.A.;
- a Associação Mutualista do Montepio Geral;
- o Banco Montepio;
- a RealTransfer - Instituição de Pagamento, S.A.;
- a DiverValor, S.A.;
- o nosso Revisor Oficial de Contas;
- a nossa Contabilista Certificada;
- os nossos colaboradores pelo empenho e dedicação demonstrados no quadro das suas funções.

Lisboa, 6 de Março de 2025

O Conselho de Administração



José João Gonçalves Rocha



José Carlos da Silva Pereira



Tânia Mafalda da Silva Viterbo

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS ANEXAS

- **Balanço**
- **Demonstração de Resultados**
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa**
- **Demonstração das Alterações no Capital Próprio**
- **Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras**

(A base de Reporte é Individual e todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda)




BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2024

Ano - Atividade Global				
Notas	Valor antes de	Provisões, imparidades	Valor líquido	Ano Anterior
	provisões, imparidades e amortizações	e amortizações		
	1	2	3 = 1 - 2	4
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	978.471,66	978.471,66	1.326.977,99
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	279.902,98	279.902,98	346.888,06
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	6	31.679,50	31.679,50	31.363,92
Aplicações em instituições de crédito	7	47.000,00	47.000,00	387.000,00
Outros ativos tangíveis	8	2.312.388,77	1.902.893,22	423.520,99
Ativos intangíveis	9	110.314,61	104.850,91	9.362,65
Ativos por impostos correntes	10	11.859,16	11.859,16	32.949,00
Ativos por impostos diferidos	10	1.297.670,05	1.297.670,05	1.309.153,24
Outros ativos	11	2.897.675,26	2.897.675,26	2.143.476,41
Total de Ativo		7.966.961,99	5.959.217,86	6.010.692,26
Passivo				
Recursos de outras instituições de crédito	12	1.540.618,29	1.540.618,29	2.356.179,29
Passivos por impostos correntes	10	19.500,78	19.500,78	31.292,56
Outros passivos	13	2.339.454,05	2.339.454,05	2.676.765,37
Total de Passivo		3.899.573,12	3.899.573,12	5.064.237,22
Capital				
Capital	14	2.040.012,00	2.040.012,00	1.750.000,00
Outras reservas e resultados transitados	15	1.455,04	1.455,04	(347.304,05)
Resultado do exercício	16	18.177,70	18.177,70	43.759,09
Total de Capital		2.059.644,74	2.059.644,74	946.455,04
Total de Passivo e Capital		5.959.217,86	5.959.217,86	6.010.692,26

Lisboa, 6 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

De 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Juros e rendimentos similares	17	3.528,63	-
Juros e encargos similares	17	70.099,65	69.800,40
Margem Financeira		(66.571,02)	(69.800,40)
Rendimentos de serviços e comissões	18	1.077.305,64	1.106.800,61
Encargos com serviços e comissões	19	137.204,71	126.072,27
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados (líquido)	20	315,58	-
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	21	3.906.595,27	4.109.225,92
Resultados de alienação de outros activos	22	727,00	1.000,00
Outros resultados de exploração	23	77.781,68	102.155,95
Produto Bancário		4.858.949,44	5.123.309,81
Custos com pessoal	24	3.111.233,90	3.258.505,38
Gastos gerais administrativos	25	1.592.728,37	1.580.787,28
Amortizações do exercício e provisões líquidas de reposições e anulações	26	105.825,50	183.798,06
Resultado Antes de Impostos		49.161,67	100.219,09
Impostos		(30.983,97)	(56.460,00)
Correntes	10	19.500,78	31.292,56
Diferidos	10	11.483,19	25.167,44
Resultado Líquido do Período		18.177,70	43.759,09

Lisboa, 6 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo.

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo

José João Gonçalves Rocha
Tânia Viterbo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2024

	Notas	2024	2023
Atividades Operacionais			
Recebimentos de comissões	18	1.077.305,64	1.106.800,61
Pagamento de comissões	19	(137.204,71)	(126.072,27)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	24 & 25	(4.703.962,27)	(4.803.628,18)
Resultados de reavaliação cambial	16	3.906.595,27	4.109.225,92
Caixa gerada pelas operações		142.733,93	286.326,08
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	10	1.656,44	(89.915,05)
Outros recebimentos / pagamentos		(177.593,63)	(31.960,51)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(33.203,26)	164.450,52
Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	8	(78.165,61)	131.434,51
Ativos intangíveis	9	-	2.601,45
Outros activos	8	(38.018,01)	-
		116.183,62	56.867,50
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis	22	727,00	-
Investimentos financeiros	7	340.000,00	-
		340.727,00	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		224.543,38	(134.035,96)
Atividades de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(815.561,00)	(248.195,83)
Juros e gastos similares	16	(70.170,09)	69.800,40
Outras operações de financiamento	12	(8.529,07)	-
		894.260,16	(178.395,43)
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	12	260.000,00	-
Juros e rendimentos similares	16	3.528,63	-
Outras operações de financiamento	12	23.900,00	-
		287.428,63	178.395,43
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		(606.831,53)	178.395,43
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(415.491,41)	208.809,99
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.673.866,05	1.465.056,06
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1.258.374,64	1.673.866,05
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa		-	-

Lisboa, 6 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044

Margarida Cravid de Melo

O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Vitorino

José João Gonçalves Rocha
Tânia Vitorino

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2024

Rúbricas	Notas	Capital	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 dezembro 2022		1.750.000,00	652.394,32	3.189.608,01	(5.192.220,47)	502.914,09	902.695,95
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2022	14	-	97.605,68	60.391,99	344.916,42	(502.914,09)	-
Resultado líquido do exercício de 2023	15	-	-	-	-	43.759,09	43.759,09
Saldo em 31 dezembro 2023		1.750.000,00	750.000,00	3.250.000,00	(4.847.304,05)	43.759,09	946.455,04
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2023	15	-	-	-	43.759,09	(43.759,09)	-
Redução de Capital	14	(805.000,00)	(750.000,00)	(3.248.544,96)	4.803.544,96	-	-
Aumento de Capital	14	1.095.012,00	-	-	-	-	1.095.012,00
Resultado líquido do exercício de 2024	15	-	-	-	-	18.177,70	18.177,70
Saldo em 31 dezembro 2024		2.040.012,00	-	1.455,04	-	18.177,70	2.059.644,74

Lisboa, 6 de março de 2025

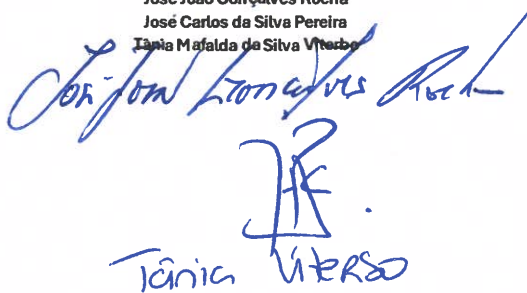
O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo
Contabilista Certificada N.º 93044



O Conselho de Administração

José João Gonçalves Rocha
José Carlos da Silva Pereira
Tânia Mafalda da Silva Viterbo



Notas Explicativas Anexas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2024

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A **NOVACÂMBIOS – Instituição de Pagamento, S.A** (Empresa) é uma sociedade anónima com sede na Calçada do Carmo, n.º 6 - 1.º Direito – 1200-091 Lisboa. Em junho de 2012 alterou a sua designação social e foi registada no Banco de Portugal como Instituição de Pagamento no ano de 2013.

No exercício de 2024 as principais atividades desenvolvidas foram a compra e venda de moeda estrangeira, a realização de operações de envio e pagamento de fundos, compra de cheques de viagem, bem como a compra de ouro.

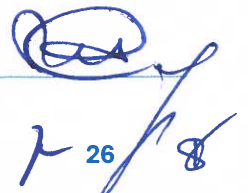
As operações de transferências de fundos foram realizadas não só na qualidade de agente doutras Instituições de Pagamentos, mas também de forma autónoma em plataforma informática própria da Empresa.

2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Base de apresentação e principais critérios valorimétricos

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), aprovadas e publicadas pelo IASB (International Accounting Standards Board), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de Dezembro do Banco de Portugal.

A informação contabilística da empresa foi preparada de acordo com as Normas Contabilísticas Ajustadas, conforme a Instrução n.º 23/2017 do Banco de Portugal,

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.



26/8

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição.

As amortizações e depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos em euros tendo sido utilizadas as taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2024 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registadas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A Empresa regista como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídio de férias, bem como os respetivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e

passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da NovaCâmbios, SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações bem como da conversão por taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros ganhos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses.

3.3. Capital social

As ações ordinárias são classificadas em capital próprio.

3.4. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.5. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.6. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.7. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.8. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.9. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio

3.10. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa reduzida de 17%, e à taxa normal de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2024 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação se baseia no plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

4. CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo da conta de Caixa tinha a seguinte composição:

Caixa	2024	2023
Moeda Nacional	508 954,94	558 989,90
Moeda Estrangeira	469 516,72	767 988,09
Total	978 471,66	1 326 977,99

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, as Disponibilidades em OIC apresentavam-se como se segue:

Disponibilidades OIC	2024	2023
Moeda Nacional	175.351,73	325.431,25
Moeda Estrangeira	104.551,25	21.456,81
Total	279.902,98	346.888,06

6. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

A 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o saldo desta rubrica corresponde na integra ao **Fundo de Compensação de Trabalho** e apresentava-se da seguinte forma:

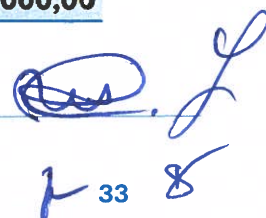
Outros Ativos Financeiros	2024	2023
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	31.679,50	31.363,92
Total	31.679,50	31.363,92

Ver a Nota 20 – Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados

7. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2023 e 2024, o valor de Aplicações em Instituições de Crédito não teve alteração e era de **47.000,00 euros**, valor depositado junto da **Caixa Económica Montepio Geral**, com renovação anual e detalham-se como se segue:

Aplicações em IC	2024	2023
Poupança Prazo 1	0,00	340 000,00
Poupança Prazo 2	47 000,00	47 000,00
Total	47 000,00	387 000,00


33 8

8. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido em 2023 e 2024 para Outros Ativos Tangíveis foi o seguinte:

Saldo em 01jan2023			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Edifícios	105.000,00	51.676,68	0,00	0,00	18.750,84	34.572,48
Obras em Edifícios	1.314.593,85	972.352,56	22.825,46	0,00	114.341,20	250.725,55
Equipamento	678.889,80	605.429,45	40.254,55	-3.000,00	41.430,18	72.284,72
Locação Financeira	0,00	0,00	58.870,00	0,00	5.416,26	53.453,74
Activos Tangíveis em Curso	0,00	0,00	12.484,50	0,00	0,00	12.484,50
Total	2.098.483,65	1.629.458,69	134.434,51	-3.000,00	179.938,48	423.520,99

Saldo em 01jan2024			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Edifícios	105.000,00	70.427,52	0,00	0,00	16.668,39	17.904,09
Obras em Edifícios	1.337.419,31	1.086.693,76	40.810,11	0,00	38.587,38	252.948,28
Equipamento	716.144,35	643.859,63	13.455,50	-5.000,00	30.527,08	60.213,14
Locação Financeira	58.870,00	5.416,26	23.900,00	0,00	15.713,20	61.640,54
Activos Tangíveis em Curso	12.484,50	0,00	38.018,01	-33.713,01	0,00	16.789,50
Total	2.229.918,16	1.806.397,17	116.183,62	-38.713,01	101.496,05	409.495,55

RESUMO	Valor Bruto em 31dez2024	Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2024
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	2.312.388,77	1.902.893,22	409.495,55

No ano de 2024 foi alienada uma viatura e no ano de 2023 também.

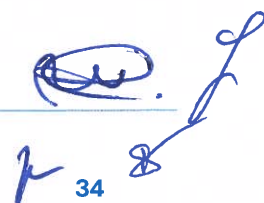
9. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, o movimento ocorrido em 2023 e 2024 foi de:

Saldo em 01jan2023			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2023
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Software	87.865,68	85.092,23	2.448,93	0,00	1.859,54	3.362,85
Trespasse	20.000,00	12.000,16	0,00	0,00	2.000,04	5.999,80
Total	107.865,68	97.092,39	2.448,93	0,00	3.859,58	9.362,65

Saldo em 01jan2024			Aumentos / Diminuições		Amortizações do exercício	Saldo em 31dez2024
Valor bruto	Amortiz acumul		Aquisições	Abate / Vendas / Regularizações		
Software	90.314,61	86.951,77	0,00	-430,51	2.329,41	1.463,94
Trespasse	20.000,00	14.000,20	0,00	0,00	2.000,04	3.999,76
Total	110.314,61	100.951,97	0,00	-430,51	4.329,45	5.463,70

RESUMO	Valor Bruto em 31dez2024	Amortizações Acumuladas	Saldo em 31dez2024
ACTIVOS INTANGÍVEIS	110.314,61	104.850,91	5.463,70



34

10. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

O valor de **11.859,16€** de Activos por Impostos Correntes é relativo ao **Pagamento por Conta de IRC e Retenções na Fonte**, adiantamentos efectuados durante o exercício de 2024, cujo valor irá ser abatido ao pagamento do IRC de 2024.

Activos por Impostos Correntes	2024	2023
Pagamento por Conta de IRC	10.977,00	32.949,00
Retenções na Fonte	882,16	-
Total	11.859,16	32.949,00

O valor dos impostos referentes ao exercício de 2024 é de **30.983,97€**, resultante de um **Imposto Corrente** de **19.500,78€** e de um **Imposto Diferido por Prejuízo fiscal** de **11.483,19€**.

Activos e Passivos por Impostos	2024	2023
Resultado Fiscal	84.125,93	184.377,05
Resultado Antes de Impostos (RAI)	49.161,67	100.219,09
Impostos Correntes	(19.500,78)	(31.292,56)
Impostos Diferidos	(11.483,19)	(25.167,44)
Total de Impostos	(30.983,97)	(56.460,00)
Resultado Líquido do Período	18.177,70	43.759,09

Ver a Nota 16 – Resultado Líquido do Período

O cálculo do Imposto corrente é de **19.500,78€** e o valor a pagar é de **7.641,62€**, depois de deduzido o Pagamento por Conta de IRC e retenções na Fonte no valor total de **11.859,16€**.

Cálculo do Imposto Corrente	2024	2023
Imposto a 17%	5.005,49	8.500,00
Imposto a 21%	-	3.051,70
Derrama 1,5%	1.261,89	2.765,65
Tribuição Autónoma	13.233,40	16.975,21
Total de IRC	19.500,78	31.292,56
Pagamento por Conta de IRC + Retenções	(11.859,16)	(32.949,00)
IRC a pagar / a receber	7.641,62	(1.656,44)

Apesar dos resultados negativos obtidos nos exercícios anteriores (do ano de 2016 a 2021), a Empresa tem em curso um plano de reestruturação da sua atividade que irá inverter no curto prazo os resultados.

Todas as projeções internas realizadas permitir garantir com segurança a recuperabilidade dos impostos diferidos dentro dos prazos legais existentes.

Nos cálculos dos impostos diferidos dos exercícios anteriores a Empresa aplicou uma taxa de imposto simplificada de 21% sobre o prejuízo fiscal recuperável, este ajustamento é com base na expectativa futura da Empresa vir a obter lucro e assim utilizar o crédito fiscal em causa. A taxa de imposto aplicada está em linha com a taxa de imposto atual e a espectável para exercícios futuros.

O valor total de **Ativos por Impostos Diferidos** registado desagrega-se da seguinte forma:

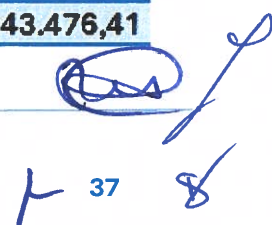
- Em 2024 o total era de **1.297.670,05€** e em 2023 de 1.309.153,24€
- Foi deduzido o valor de **11.483,19€** na conta **Ativos por Impostos Diferidos**
- Esta diminuição deve-se ao facto da empresa ter apresentado resultado positivo no exercício de 2024.

	Resultado Antes de Impostos	Resultado Antes de Impostos	Resultado Antes de Impostos	Prejuízo Fiscal	Imposto Corrente	Imposto Diferido
Exercício de 2016	(537.328,83)	(537.328,83)	(537.328,83)	(464.122,12)	57.563,43	176.943,08
Exercício de 2018	(2.553.470,98)	(2.553.470,98)	(2.553.470,98)	(2.558.472,29)	32.413,67	537.279,18
Exercício de 2019	(1.682.752,13)	(1.682.752,13)	(1.682.752,13)	(1.686.091,52)	22.497,86	354.079,22
Exercício de 2020	(1.396.213,83)	(1.396.213,83)	(1.396.213,83)	(1.367.350,77)	11.360,31	287.143,66
Exercício de 2021	(687.116,15)	(687.116,15)	(687.116,15)	(579.177,62)	9.020,90	121.627,30
Saldo em 31/12/2021						1.477.072,44
Dedução do Imposto Diferido para o exercício de 2022						(142.751,76)
Saldo em 31/12/2022						1.334.320,68
Dedução do Imposto Diferido para o exercício de 2023						(25.167,44)
Saldo em 31/12/2023						1.309.153,24
Dedução do Imposto Diferido para o exercício de 2024						(11.483,19)
Saldo em 31/12/2024						1.297.670,05

11. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros Ativos detalha-se como se segue:

Outros Ativos	2024	2023
Devedores e Outras Aplicações	2.435.376,02	1.663.308,39
por Processos Judiciais	219.886,03	156.596,10
NUIPC Nº 880/14.2 PJPRT	550,00	550,00
NUIP Nº 221/17.7 JAFAR	152.548,10	152.548,10
NUIPC Nº 1038/17.AGAVC	3.498,00	3.498,00
NUIPC N.º 987/23.5 JFLSB	63.289,93	0,00
por Operações Transferências de Valores (Agentes/Correspondentes)	715.698,86	401.471,55
NovaCâmbios Angola	684.295,79	393.741,00
NovaCâmbios Namíbia	7.735,29	7.624,70
BCI / PFS	2.888,23	2.872,63
Daycoval - Brasil	15.001,81	-3.606,19
DiverValor	4.200,84	839,41
MoneyGram	1.576,90	0,00
por Outros Valores a Receber	1.399.791,13	1.005.240,74
por contraparte residente	1.356.798,74	1.002.240,74
por contraparte ã residente	42.992,39	3.000,00
Devedores e Outras Aplicações	100.000,00	100.000,00
Caução Euronet	100.000,00	100.000,00
Rendimentos a Receber	102.768,77	269.616,16
MoneyGram	31.964,01	32.503,22
RealTransfer Portugal	0,00	35.602,99
Euronet - ATM's	10.241,45	10.080,95
Reembolso de Despesas	60.563,31	191.429,00
Despesas com Encargo Diferido	290.215,97	149.512,49
Seguros	16.736,69	18.017,55
Rendas	101.928,36	78.860,25
Cauções de Rendas	162.451,44	46.949,98
Outras Despesas Diferidas	9.099,48	5.684,71
Outras Operações a Regularizar	69.314,50	61.039,37
Falhas de Caixa	8.613,36	8.638,70
Documentos a aguardar Facturas	0,00	667,65
Outras operações activas a regularizar	60.701,14	51.733,02
Total	2.897.675,26	2.143.476,41



37

PROCESSOS JUDICIAIS

- **Processo Judicial N.º 221/17.7 JAFAR** - Este processo ainda continua a ser averiguado pelo Ministério Público – Procuradoria da República da Comarca de Faro, houve duas audiências no Tribunal em Janeiro de 2025, mas ainda não foi proferida a sentença.
- **Processo Judicial N.º 987/23.5 JFLSB** - Processo novo, instaurado em 2024, mas o Ministério Público ainda não se pronunciou sobre este processo.

OPERAÇÕES TRANSFERÊNCIA DE VALORES – Agentes / Correspondentes

- São os valores das Ordens de Pagamento que a empresa já efectuou aos clientes e esses mesmo valores são devidos pelos Agentes/Correspondentes à empresa.

DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES

- Foi estabelecida uma caução pela **EURONET**, no valor de 100.000€, a fim de mantermos as ATM's a funcionar nos nossos balcões.

RENDIMENTOS A RECEBER

- Os rendimentos a receber, dizem respeito às Comissões da **MONEYGRAM** (Agente de Transferências) e da **EURONET** (ATM's), referentes ao mês de Dezembro/2024 cujos rendimentos já estão reconhecidos mas ainda não foram recebidos, só recebemos as transferências bancárias em 2025.

DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO

- As despesas com encargo diferido, nomeadamente com **Seguros, Rendas e outras despesas diferidas** dizem respeito a encargos já pagos durante o ano de 2024, mas os custos/gastos só irão ser reconhecidas em 2025.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Falhas de Caixa** – Houve um decréscimo de 25,34€ do ano de 2023 para 2024. Durante o ano de 2024, os colaboradores cometeram 8.000,23€ em Falhas de Caixa, foram descontadas nos recibos de vencimento 6.205,68€ e foram regularizadas 1.819,89€, ficando o saldo no final do ano de 8.613,36€;
- Os documentos que estavam a aguardar facturas, foram todas regularizados durante o ano de 2024.

12. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

Recursos de OIC	2024	2023
de Outras Instituições de Crédito	755.110,54	433.716,99
Caixa Económica Montepio Geral - CCC	500.000,00	400.000,00
Caixa Económica Montepio Geral - Empréstimo	255.110,54	0,00
Euro BIC - Empréstimo	0,00	33.716,99
de Agentes de Transferências	714.562,78	1.866.888,26
RealTransfer Portugal	688.143,22	716.877,29
RealTransfer Portugal - Valor Cativo (Procº BdP)	0,00	1.097.364,50
MoneyGram	26.419,56	52.646,47
de Leasing Auto	70.944,97	55.574,04
Total	1.540.618,29	2.356.179,29

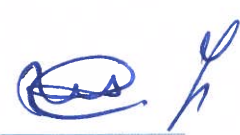
- A empresa durante o ano de 2024 contraiu um novo empréstimo junto do Banco Montepio Geral no valor de **260.000,00€** ;
- O empréstimo que a empresa detinha junto do Banco BIC foi totalmente amortizado/pago;
- Foi contraído também um novo empréstimo de Leasing Auto no valor de **23.900,00€** para aquisição duma nova viatura.

Ver Nota 27.2 – Responsabilidades de Crédito

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de Outros Passivos pode ser resumida como se segue:

Outros Passivos	2024	2023
Fornecedores, Estado, e Credores	2.000.410,35	2.300.017,21
Fornecedores	265.138,21	815.693,30
Fornecedores Residentes	86.094,79	25.386,13
Forn. Residentes - ANA Aeroportos - Divida Reconhecida	0,00	607.346,81
Forn. Residentes - ANA Aeroportos - Divida Não Reconhecida	182.960,36	182.960,36
Fornecedores Comunitários	10.500,00	0,00
Fornecedores Extra-Comunitários	800,00	0,00
Fornecedores Intra-Grupo	-15.216,94	0,00
Sector Público Administrativo	83.662,13	94.120,86
Segurança Social e Autoridade Tributária	83.555,94	94.120,86
Cobranças de Terceiros - Penhora de Vencimentos	106,19	0,00
Credores	1.651.610,01	1.390.203,05
Accionistas	1.005.000,00	771.882,00
Outros Credores - Accionistas - ULTRA - SGPS, S.A.	505.000,00	271.882,00
Outros Credores - Accionistas - Assoc Mutualista Montepio Gera	300.000,00	300.000,00
Outros Credores - Accionistas - José João Gonçalves Rocha	200.000,00	200.000,00
Outros Credores	646.610,01	618.321,05
Credores em Suspensão	10.661,97	10.661,97
Outros Credores - Transferências de Valores - Portugal	355,00	355,00
Outros Credores - Transferências de Valores - MoneyGram	0,00	-1.576,90
Outros Credores - Transferências de Valores - NovaCâmbios AC	121.298,09	110.960,43
Outros Credores - Transferências de Valores - Goo AO	105.425,36	105.425,36
Outros Credores - Transferências de Valores - Daycoval	1.372,59	-15.001,81
Outros Credores - Transferências de Valores - RealTransfer	407.497,00	407.497,00
Encargos a Pagar	336.844,59	371.868,57
Juros e Encargos Similares a Pagar	13.723,07	19.734,21
Férias, Subsídios de Férias e Encargos Sociais	294.468,07	324.274,51
Outros Custos de Pessoal a Pagar	8.946,03	10.752,41
Fornecimentos, Serviços de Terceiros a pagar	19.707,42	17.107,44
Outras Operações a Regularizar	2.199,11	0,00
Sobras de Caixa	1.975,11	4.879,59
Operações Passivas a regularizar	224,00	0,00
Total	2.339.454,05	2.676.765,37



40

FORNECEDORES

- Em 2024, foi liquidada a totalidade da dívida à ANA Aeroportos, registada em Fornecedores
- Existe um proprocesso a decorrer em Tribunal Judicial da Concorrência, Regulação e Supervisão de Santarém, Unidade Orgânica – Juízo 1 – **Processo N.º 19/23.3YQSTR**, no montante de **182.960,36€** referente ao valor que a NovaCâmbios não reconhece como dívida à ANA-Aeroportos;

SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

- Os valores aqui indicados dizem respeito aos **IMPOSTOS** do mês de Dezembro/2024, que foram pagos em janeiro e em fevereiro de 2025:
 - Segurança Social
 - AT - Retenções na Fonte
 - Trabalho Dependente
 - Trabalho Profissional
 - Prediais
 - Imposto do Selo
 - IVA

CREDORES

Accionistas

- Os valores aqui indicados dizem respeito aos Suprimentos concedidos pelos accionistas à empresa;

Outros Credores

- **Credores em Suspenso** – São as ordens de Pagamento não reclamadas por Clientes/Beneficiários;
- **Transferências de Valores** – São as ordens de Pagamento recebidas dos clientes que são devidas aos Agentes/Correspondentes.

ENCARGOS A PAGAR

- Os encargos a pagar, referente aos **Juros, Férias, Subsidio de Férias, Encargos Sociais com as Férias, Custos com Pessoal, Fornecimentos e Serviços de Terceiros**, são Custos/Gastos que já estão reconhecidos em 2024, cujo pagamento só irá ocorrer em 2025.

OUTRAS OPERAÇÕES A REGULARIZAR

- **Sobras de Caixa** – São as sobras de Caixa que ocorreram durante o ano de 2024.

14. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, o capital social de **2.040.012,00€** encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A composição dos detentores do capital social em **31/12/2023** era seguinte:

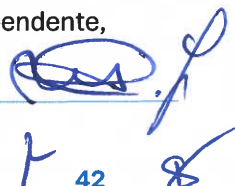
Capital Social	2023		
Valor Nominal de cada acção	50 Euros		
Accionista	Valor Participação	N.º de Acções	%
ULTRA-SGPS, SA	1.223.950,00	24.479	69,94
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA - Montepio Geral	525.000,00	10.500	30,00
Pedro Mascarenhas Santos	350,00	7	0,02
José João Gonçalves Rocha	350,00	7	0,02
Manuel Viterbo de Almeida	350,00	7	0,02
Total	1.750.000,00	35.000	100%

A composição dos detentores do capital social em **31/12/2024** era seguinte:

Capital Social	2024		
Valor Nominal de cada acção	27 Euros		
Accionista	Valor Participação	N.º de Acções	%
ULTRA-SGPS, SA	660.933,00	24.479	32,40
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA - Montepio Geral	283.500,00	10.500	13,90
Pedro Mascarenhas Santos	189,00	7	0,01
José João Gonçalves Rocha	189,00	7	0,01
Manuel Viterbo de Almeida	189,00	7	0,01
REALTRANSFER - Instituição de Pagamento, SA	1.095.012,00	40.556	53,67
Total	2.040.012,00	75.556	100%

No final do ano de 2024 e com o objectivo da empresa cumprir com os rácios dos Fundos Próprios e dos Capitais Próprios, foi realizado um aumento de capital da sociedade no valor de 1.095.012,00€, pela entrada de um novo acionista. Desta forma o capital social passou para o valor total de 2.040.012€.

Importa referir que o valor da nova participação financeira foi realizado através de uma entrada em espécie, na qual o novo acionista efetuou uma conversa de créditos sobre a NovaCâmbios em participação financeira, operação essa validada por um Revisor Oficial de Contas Independente, conforme exigido na legislação comercial e aprovada pelo Banco de Portugal.



42

A operação de aumento de capital foi precedida de uma operação de redução de capital e cobertura de prejuízos de exercícios anteriores através da utilização de reservas livres e resultados transitados disponíveis para o efeito.

Com o aumento de capital foram emitidas 40.556 novas acções, sendo que o valor nominal de cada acção passou para 27 euros, quando anteriormente era de 50 euros.

Refira-se, adicionalmente, que a RealTransfer passou a deter a maioria do capital social na empresa NovaCâmbios.

Ler em complemento com a nota seguinte

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

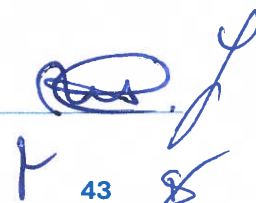
Outras Reservas e Resultados Transitados	2024	2023
Reserva Legal	-	750.000,00
Reservas Livres	1.455,04	3.250.000,00
Outras Reservas	1.455,04	4.000.000,00
Resultados Transitados até o ano de 2015	405.547,62	405.547,62
Resultados Transitados do ano de 2016	(594.892,26)	(594.892,26)
Resultados Transitados do ano de 2017	91.840,64	91.840,64
Resultados Transitados do ano de 2018	(2.048.605,47)	(2.048.605,47)
Resultados Transitados do ano de 2019	(1.351.170,77)	(1.351.170,77)
Resultados Transitados do ano de 2020	(1.120.430,48)	(1.120.430,48)
Resultados Transitados do ano de 2021	(574.509,75)	(574.509,75)
Resultados Transitados do ano de 2022	344.916,42	344.916,42
Resultados Transitados do ano de 2023	43.759,09	-
** Resultados Transitados do ano de 2024	4.803.544,96	-
Resultados Transitados	-	(4.847.304,05)
Total	1.455,04	(847.304,05)

Por decisão da Assembleia Geral Anual, realizada em 26 de março de 2024, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com um resultado líquido positivo de **43.759,09€**, tendo sido deliberado a transferência para Resultados Transitados.

** Por decisão da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 10 de dezembro de 2024, houve uma redução do capital social de 1.750.000€ para 805.000€, através da utilização dos resultados transitados negativos no valor de 4.803.544,96€ e da cobertura da Reserva Legal no valor de 750.000€ e das Reservas Livres no valor de 3.248.544,96€.

As Reservas Livres antes da redução do capital era de 3.250.000€, em 31/12/2024 situaram-se em 1.455,04€.

Ler em complemento com a nota anterior e nota 10



43

16. RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

Resultado Líquido do Período	2024	2023
Resultado do Exercício	18.177,70	43.759,09
Total	18.177,70	43.759,09

Ver a Nota 10 - Ativos e Passivos Por Impostos Correntes e Diferidos

17. MARGEM FINANCEIRA

A margem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é detalhada como se segue:

Margem Financeira	2024	2023
Juros e Rendimentos Similares	3.528,63	0,00
Juros de Aplicações OIC	3.528,63	-
Juros e Encargos Similares	(70.099,65)	(69.800,40)
Juros de Empréstimos	1.399,93	4.772,20
Juros de Suprimentos	32.599,96	32.366,49
Juros de Conta Corrente Cauçionada	33.195,35	32.661,71
Juros de Locação Financeira	2.904,41	-
Total	(66.571,02)	(69.800,40)

18. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos de serviços e comissões do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Rendimentos de Serviços e Comissões	2024	2023
Transferência de Valores	793.053,40	928.569,77
Comissões na Compra e Venda de Moeda	55.532,96	12,11
Comissões por Operações em ATM - Euronet	200.650,66	177.782,62
Ouro	28.068,62	436,11
Total	1.077.305,64	1.106.800,61

19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Os encargos com serviços e comissões do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Encargos com Serviços e Comissões	2024	2023
Comissões por garantias bancárias	24.218,97	32.791,29
Comissões por operações bancárias	39.248,25	39.901,89
Comissões TPA	62.467,23	40.575,04
Outras Comissões	11.270,26	12.804,05
Total	137.204,71	126.072,27

20. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (LÍQUIDO)

Os resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados do ano de 2024 e 2023 foram os seguintes:

Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor	2024	2023
FCT - Fundo de Compensação de Trabalho	315,58	0,00
Total	315,58	0,00

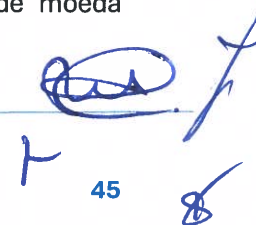
Estes valores e resultados dizem respeito ao FCT-Fundo de Compensação de Trabalho ajustados durante o ano de 2024.

21. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a rubrica de Resultados de Reavaliação Cambial em Operações Financeiras apresentava um saldo de 3.906.595,27€ e de 4.109.225,92€ respetivamente.

Resultados de Reavaliação Cambial (líquido)	2024	2023
Ganhos em Operações Financeiras	3.976.172,25	4.183.640,50
Perdas em Operações Financeiras	69.576,98	74.414,58
Margem das Operações Financeiras	3.906.595,27	4.109.225,92
Margem em Notas	3.872.147,28	4.094.643,03
Margem em Divisas	34.447,99	14.582,89
Margem das Operações Financeiras	3.906.595,27	4.109.225,92

Os resultados de reavaliação cambial resultam da reavaliação diária das contas de moeda estrangeira e é calculada com base no fixing editado pelo Banco de Portugal.



45

22. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Resultados de alienação de outros activos	2024	2023
Alienação de Activos Tangíveis	727,00	1.000,00
Total	727,00	1.000,00

No ano de 2024 e 2023 foram alienadas viaturas, está aqui evidenciado os resultados da alienação dessas viaturas.

Ver Nota 8 - Outros Activos Tangíveis

23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a composição das rubricas a seguir indicadas eram as seguintes:

Outros Resultados de Exploração	2024	2023
Outros Encargos e Gastos Operacionais	(28.661,19)	(76.980,57)
Quotizações e Donativos	11.596,80	13.744,45
Outros Encargos e Gastos - Sinistros	2.312,40	57,00
Multas e Outras Penalidades	994,25	18.301,58
Juros de Mora	70,44	-
Outros Gastos Operacionais	13.687,30	-
Custos de Exercícios Anteriores	-	44.877,54
Outros Impostos	(17.518,75)	(12.456,49)
Imposto do Selo	10.202,26	7.205,89
IUC	1.014,01	1.127,78
IMI	181,86	184,16
Taxas	3.280,12	2.502,79
IVA	2.840,50	1.430,77
Outros Impostos	-	5,10
Outros Rendimentos e Receitas Operacionais	123.961,62	191.593,01
Rendimentos de Exercícios Anteriores	-	158,04
Excesso de Estimativa de Impostos	0,01	5,97
Reembolso de Despesas	112.598,17	101.429,00
Rendimentos de Prestação de Serviços	-	90.000,00
Outros Rendimentos Operacionais	11.363,44	-
Total	77.781,68	102.155,95

24. CUSTOS COM PESSOAL

Em 2024 a empresa teve um efetivo médio anual de **128 trabalhadores**, enquanto que no ano de 2023 foram de 127 trabalhadores.

Os custos com pessoal em 31 de dezembro de 2024 e 2023 têm a seguinte composição:

Custos com Pessoal	2024	2023
Remunerações	1.845.177,68	1.936.734,18
Subsídio de Férias e de Natal	260.948,99	303.278,63
Encargos Sociais s/ Remunerações	494.125,97	525.325,52
Fundo de Compensação do Trabalho	-	129,00
Cedência de Pessoal	207.982,78	180.963,09
Subsídio de Refeição	197.085,13	209.614,27
Subsídio de Transporte	34.200,00	36.250,00
Seguro de Acidentes de Trabalho	16.169,99	18.207,32
Seguro de Saúde	48.411,98	37.620,02
Segurança, Higiene e Medicina no Trabalho	3.230,46	6.962,76
Indemnizações Contratuais	2.400,92	3.420,59
Gastos com Accão Social	1.500,00	-
Total	3.111.233,90	3.258.505,38

O Conselho de Administração é composto por 3 elementos (*ver página 3, Órgãos Sociais – Conselho de Administração*), todos com cargos executivos. Os custos com Pessoal, que a empresa teve durante o exercício de 2024 com o Conselho de Administração foram de **199.832,88€**.

25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os Gastos Gerais Administrativos (com Fornecimentos e Serviços) totalizaram **1.592.728,37€** e repartiram-se da seguinte forma:

Gastos Gerais Administrativos com Fornecimentos	2024	2023
Água, Energia e Combustível	64.961,38	64.683,02
Material de Consumo Corrente	21.706,21	20.330,44
Material para Assistência e Reparações	767,07	9.554,88
Material de Higiene e Limpeza	7.636,63	7.128,39
Total Gastos com Fornecimentos	95.071,29	101.696,73
Gastos Gerais Administrativos com Serviços	2024	2023
Rendas, Cedência de Espaços e Condomínios	849.430,50	780.502,54
Alugueres	33.646,62	48.431,67
Comunicações	56.493,58	53.082,40
Deslocações e Representação no País	67.587,23	94.792,21
Deslocações e Representação no Estrangeiro	73.554,24	87.073,73
Despesas de Representação	5.886,88	24.620,64
Publicidade	50.197,39	46.886,22
Conservação e Reparação	19.062,16	26.364,63
Material de Transporte	24.026,50	702,61
Formação Profissional	1.527,17	3.163,27
Seguros	36.452,39	26.986,15
Avenças e Honorários	97.730,37	134.197,33
Serviços Judiciais, Contencioso e Notariado	1.607,35	1.639,60
Serviços de Informática	54.346,95	78.999,75
Serviços de Segurança e Vigilância	27.423,09	25.872,59
Serviços de Limpeza	33.571,26	36.653,21
Serviços de Ligação de Dados	3.296,40	2.952,00
Outros Serviços de Terceiros	440,00	20,00
Prestação de Serviços de Gestão - ULTRA	61.377,00	6.150,00
Total Gastos com Serviços	1.497.657,08	1.479.090,55
Total de Gastos Gerais Administrativos	1.592.728,37	1.580.787,28

A fiscalização da Empresa é realizada pelo Fiscal Único **DFK & Associados SROC, Lda.**, que emite para cada exercício a Certificação Legal das Contas. No ano de 2024 os gastos que a empresa teve com a DFK foram de **10.332,00€**.

26. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

Durante o exercício de 2024 e 2023, os gastos com amortizações detalham-se como se segue:

Depreciações e Amortizações do Exercício	2024	2023
Ativos Fixos Tangíveis	101.496,05	179.938,48
Ativos Intangíveis	4.329,45	3.859,58
Total	105.825,50	183.798,06

Ver Notas 8 e 9 - Outros Activos Tangíveis e Activos Intangíveis

27. OUTRAS INFORMAÇÕES

27.1. Compromissos Assumidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa tinha as seguintes Garantias Bancárias ativas na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Instituição	Loja	2024	2023
Banco BIC Português, SA	Norte Shopping	-	74.381,40
Caixa Económica Montepio Geral	Braga	13.500,00	13.500,00
Caixa Económica Montepio Geral	Gare do Oriente	35.222,52	31.487,66
Caixa Económica Montepio Geral	Cascais Shopping	62.586,37	55.923,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cacém	-	2.774,65
Caixa Económica Montepio Geral	Amadora	2.682,16	2.682,16
Caixa Económica Montepio Geral	Aveiro 2	12.000,00	12.000,00
Caixa Económica Montepio Geral	CC Colombo 1	137.151,48	137.151,48
Caixa Económica Montepio Geral	ANA-Aeroportos	-	607.416,25
Caixa Económica Montepio Geral	Fórum Coimbra	19.791,02	-
		282.933,55	937.316,60

27.2. Responsabilidades de Crédito

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa apresenta os seguintes saldos de crédito na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal:

Ver Nota 12 – Recursos de Outras Instituições de Crédito

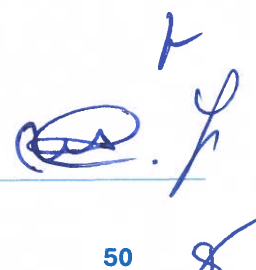
Instituição	Produto Financeiro	2024	2023
Banco BIC Português, SA	Financiamento à atividade empresarial	-	33.716,99
Caixa Económica Montepio Geral	Financiamento à atividade empresarial	255.110,54	-
Caixa Económica Montepio Geral	Conta corrente bancária	500.000,00	400.000,00
Caixa Económica Montepio Geral	Cartão de crédito com período free-float	1.061,00	113,00
Toyota KreditBank GMBH	Locação Financeira	22.481,97	26.516,37
Toyota KreditBank GMBH	Locação Financeira	15.766,06	18.665,79
Toyota KreditBank GMBH	Crédito Automóvel	23.900,00	-
		818.319,57	479.012,15

27.3. Partes Relacionadas

Os saldos e transações entre as empresas do grupo do ano de 2024, foram realizados com base nos preços de mercado, foram praticadas as mesmas regras aplicadas aos fornecedores/clientes:

Empresa	Saldo em 31-12-2024	Varição	Saldo em 31-12-2023	Custos	Proveitos
NovaCâmbios Namíbia	7 735,29	110,59	7 624,70	-	-
NovaCâmbios Cuba **	(800,00)	0,00	(800,00)	9 600,00	-
NovaCâmbios França	1 440,00	(114 720,00)	116 160,00	-	16480
NovaCâmbios Angola	566 013,30	280 232,73	285 780,57	-	30 454,91
NovaCâmbios Espanha	97 374,42	75 254,42	22 120,00	-	65 542,03
RealTransfer Portugal	1 093 185,94	(366 707,85)	1 459 893,79	-	402 824,48
Ultra SGPS	749 498,20	130 934,24	618 563,96	81 576,96	-
Ultra Serviços	2 383,50	(12,67)	2 396,17	11 402,74	-
Ultra Viagens	(13 341,17)	-	(13 341,17)	-	-

** Escritório de Representação



28. Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos, além do mencionado acima, susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, e que a sua situação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2024, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de Dezembro de 2024.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do mencionado diploma legal.

Na preparação das demonstrações financeiras, a NovaCâmbios não aplica a IFRS 16 – Locações, por considerar que a aplicação da mesma não tem um impacto materialmente relevante nas suas contas.

Lisboa, 6 de março de 2025

O Responsável pela Contabilidade

Margarida Cravid de Melo

Contabilista Certificada N.º 93044

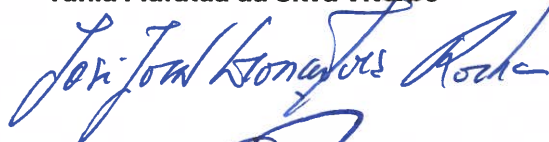
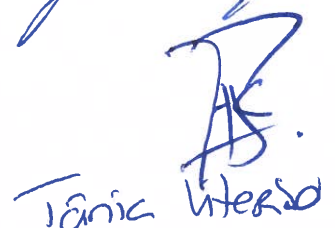


O Responsável pela Gestão

José João Gonçalves Rocha

José Carlos da Silva Pereira

Tânia Mafalda da Silva Viterbo

III. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO



NOVACÂMBIOS – INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO, SA
REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2024

Sede Edifício Zenith | Rua Dr António Loureiro Borges nº 9/9A -10º | Arquiparque – Miraflares | 1495-131 Oeiras – Portugal | T.+ 351 213 243 490 | dfk.lisboa@dfk.com.pt | www.dfk.pt

DFK & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matrícula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social 482.700,00 Euros
Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460 | Associada independente da Associação DFK Portugal, national member da DFK International

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de *NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, SA* ("Entidade"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de 5.959.218 euros e um total de capital próprio de 2.059.645 euros, incluindo um resultado líquido de 18.178 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de *NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, SA* em 31 de dezembro de 2024 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido no Relatório de Gestão e nas notas 14 e 15 do anexo, de forma a dar cumprimento ao requisitos financeiros de fundos próprios exigidos pela legislação aplicável ao funcionamento das instituições de pagamento, no exercício de 2024 a Entidade efetuou uma operação de redução do capital social para cobertura de prejuízos de exercícios anteriores através da utilização de resultados transitados e reservas livres disponíveis, seguido de uma operação de aumento de capital através da entrada de um novo acionista de referência no capital social. Após as referidas operações o capital social da Entidade ascende ao montante de 2.040.012 euros e o Capital Próprio, em 31 de dezembro de 2024, ao valor de 2.059.645 euros.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso

relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

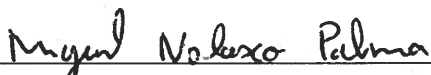
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Miraflres, 26 de março de 2025



Miguel Nolasco Palma
(ROC nº 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Acionistas,

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2024, a atividade da *NovaCâmbios – Instituição de Pagamento, SA*, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos da Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, as notas anexas e o relatório de gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, com a qual concordamos, permitem uma adequada compreensão da posição financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor.

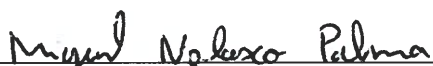
Assim, somos de parecer:

Primeiro - Que sejam aprovados o relatório de gestão, o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas e as Notas Anexas apresentados pela Administração relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Segundo - Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pela Administração.

Miraflres, 26 de março de 2025

O FISCAL ÚNICO



Miguel Nolasco Palma

**(ROC nº 1798, inscrito na CMVM sob o n.º 20161639)
em representação de DFK & Associados, SROC, Lda**